

presentar una descripción pormenorizada de la morfosintaxis verbal, que, sin duda, servirá de base de comparación con futuros trabajos, de cara a establecer una historia lingüística del judeoespañol. Dada la envergadura del estudio, es un acierto que el autor se haya detenido de forma exclusiva en la morfosintaxis verbal; sin embargo, teniendo en cuenta la importancia y la singularidad que presenta “La güerta de oro”, se hace necesario profundizar más en otros aspectos morfosintácticos del texto y, de cara a trabajos venideros, sería igualmente valioso hacer un estudio de la morfosintaxis nominal semejante a este.

Finalmente, el volumen se cierra con una serie de complementos que enriquecen aún más el contenido del libro. En primer lugar, se recoge un amplio glosario (pp. 369-425) que contiene todas aquellas voces que “no son accesibles para el lector hispanohablante culto” (p. 369); a continuación, aparece un breve índice onomástico (pp. 425-427) que recoge los nombres propios del texto; y, por último, figura una extensa lista con las referencias bibliográficas (pp. 431-445) empleadas a lo largo de la edición y el estudio lingüístico.

En resumen, Berenguer Amador ofrece en esta publicación la edición en caracteres de un texto sefardí de enorme singularidad, puesto que se trata de una obra de carácter profano del período clásico del judeoespañol, y realiza, además, un exhaustivo estudio de la morfología y la sintaxis verbal. Esta contribución supone, por tanto, una valiosa aportación al conocimiento de la morfosintaxis sefardí del siglo XVIII, que, sin lugar a dudas, resulta de gran utilidad

como base de comparación para futuros estudios y constituye un eslabón más para la descripción diacrónica de la lengua sefardí.

CRISTÓBAL JOSÉ ÁLVAREZ LÓPEZ
Universidad Pablo de Olavide

David Wertheim (ed.), *The Jew as a Legitimation. Jewish-Gentile Relations Beyond Antisemitism and Philosemitism*, New York, Pallgrave Macmillan, 2017. 304 pp. ISBN: 978-3-319-42600-6.

O que há de comum entre Orígenes e Geert Wilders? A questão é insólita mas encontra uma resposta nesta colectânea de estudos editada pela Pallgrave Macmillan em 2017 e coordenada por David J. Wertheim, director do Menasseh Ben Israel Institute for Jewish Social and Cultural Studies: o uso da religião, cultura e/ou identidade judaicas para legitimar ideias, acções e valores alheios ao Judaísmo.

O estudo de casos ao longo da história nos quais se registou um recurso ao “Judeu como uma legitimação” (traduzindo à letra a expressão-chave da obra) desafia a uma nova leitura da interacção entre judeus e não-judeus para lá da dicotomia anti-semitismo/filo-semitismo. É a exploração desta área cinzenta, repleta de sentimentos, comportamentos e perspectivas complexas e até contraditórias, que une os dezasseis estudos que compõem esta colectânea, cujas origens remontam a um colóquio internacional realizado no Jewish Historical Museum (Amesterdão) em Agosto de 2013.

Logo no capítulo introdutório, Wertheim define o campo teórico que norteia a obra e o porquê do uso do conceito de legitimação, fazendo uma breve resenha em torno de outras noções aplicadas pela historiografia na interpretação das relações entre judeus e não-judeus – assimilação, integração, aculturação, mimetismo, hibridismo ou, como é claro, o binómio anti-semitismo/filo-semitismo – e confrontando a problemática do carácter legitimador do Judaísmo com esses mesmos conceitos. A proposta é uma abordagem que foque o papel desempenhado pelo Judeu na confirmação e legitimação de determinados sistemas de valores, partindo quer da sua alteridade, quer do seu carácter fundacional.

A adopção de uma perspectiva diacrónica sobre a problemática permite a análise do fenómeno rompendo os limites da cronologia e potenciando uma interpretação comparativa capaz de evidenciar as suas transformações ao longo do tempo. Em nossa opinião, aqui reside a principal força da obra.

A vantagem desta opção é latente, por exemplo, confrontando os ensaios que se debruçam sobre as transformações na forma como o Cristianismo buscou legitimação em elementos da religião e da cultura judaicas desde as suas origens. Jan Willem van Henten (“The Maccabean Martyrs as Models in Early Christian Writings”) parte das leituras cristãs sobre o episódio bíblico dos Mártires Macabeus para demonstrar como o Cristianismo primitivo recorreu à tradição judaica como fonte de legitimação, ao mesmo tempo que se demarcava das suas origens. Van Henten dá particular ênfase à forma como Orígenes (*Exhortate ad martyrium*)

alicerça nesta passagem bíblica o seu apelo ao martírio como expressão máxima do compromisso com Deus, mascarando, porém, os detalhes que vincam a história à sua identidade judaica. Avançando pela Idade Média e focando um outro Padre da Igreja, Jeremy Cohen (“Alterity and Self-Legitimation: The Jew as Other in Classical and Medieval Christianity”) propõe uma interpretação da doutrina agostiniana do testemunho à luz do problema-chave da obra, nomeadamente como Santo Agostinho (*Adversus Judaicos*) encontra na preservação dos Judeus e da sua religião uma validação da verdade das Escrituras e, em particular, das profecias que anunciavam a vinda de Cristo.

Num momento de cisma da Cristandade, o Judaísmo volta a ser evocado como elemento legitimador da emergência do Protestantismo. Ao propor uma aproximação ao Cristianismo original (portanto, mais próximo das suas origens judaicas), a Reforma Protestante promove um renascimento do interesse sobre o Judaísmo. No seu ensaio “The Theological Dialectics of Christian Hebraism and Kabbalah in Early Modernity”, Andreas B. Kilcher analisa duas formas de “legitimação positiva”: a Cabala cristã, ou seja, o interesse de teólogos cristãos por textos cabalísticos e a sua interpretação como uma forma esotérica de Cristianismo; e o hebraísmo cristão, o fascínio pelo estudo do hebraico e de fontes judaicas sob uma perspectiva cristã. O ponto de partida são as obras de Christian Knorr von Rosenroth, tradutor do *Zohar*, e do orientalista Johann Christoph Wagenseil. A crescente procura cristã da *hebraica veritas* não foi ignorada nos meios judaicos, os quais equacionaram uma reacção e até

uma capitalização desse interesse. Um tipo de resposta dada pelo Judaísmo perante o facto de se ter tornado objecto de atracção e de apropriação encontra-se patente na obra de Menasseh ben Israel. Ao enquadrar os princípios judaicos num panorama judaico-cristão, o “espaço abraamita”, Israel participa de (e tenta controlar) esse diálogo entre o Judaísmo e o Cristianismo. Sina Rauschenbach (“Christian Readings of Menasseh ben Israel: Translation and Retranslation in the Early Modern World”) problematiza os cambiantes dessa resposta de Israel e os riscos assumidos com base em três das suas obras, *Conciliator*, *De termino vite* e *De fragilitate humana*.

Em “Post-Biblical Jewish History Through Christian Eyes: Josephus and the Miracle of Jewish History in English Protestantism”, Jonathan Elukin aborda o renovado interesse pela obra de Flávio Josefo na Inglaterra dos séculos XVIII e XIX. As releituras da obra de Josefo e a sua continuação por autores como George Henry Maynard ou Henry Milman encontram na narrativa da gesta do povo judeu após a destruição do Templo – a perseguição, o sofrimento, a diáspora – uma prova da verdade das profecias bíblicas. Com o avançar de Oitocentos e ao longo do século XX, o progresso do Sionismo seria interpretado, sobretudo por parte dos movimentos evangélicos, como mais uma evidência dessa verdade. Yakov Ariel (“A Source of Legitimacy: Evangelical Christians and Jews”) explora a troca de legitimação entre evangélicos e sionistas na longa duração. Entendido como um sinal do Fim dos Tempos, o estabelecimento dos judeus na Palestina alimenta e justifica

as expectativas evangélicas milenaristas. Também em torno da questão sionista, mas abordando-a tendo em vista o plano geopolítico para o Médio Oriente após a dissolução do Império Otomano, James Renton (“The British Empire’s Jewish Question and the Post-Ottoman Future”) desenvolve a sua tese de como a promoção do Sionismo pelo governo britânico foi, sobretudo, um exercício de legitimação da ideia de um território alicerçado nos conceitos de nação e de raça e dependente de uma tutela europeia no seu caminho para a autonomia.

O valor legitimador do Judeu, bem como a forma como esse mesmo valor é reclamado, sofreu profundas transformações no devir da história e especialmente em contextos de ruptura. Em “Ideology and Social Change: Jewish Emancipation in European Revolutionary Consciousness (1780–1800)”, Jonathan Israel contesta a ideia de que a emancipação judaica resultou de uma transformação ideológica e social durante o Iluminismo, demonstrando antes como essa questão deu corpo ao debate que opôs as Luzes Radicais às Luzes Moderadas. Segundo o autor, a defesa da emancipação judaica foi apropriada pelos pensadores radicais como uma arma contra as autoridades religiosas. O Judeu era o Outro que potenciava a destruição da ordem ideológica estabelecida. É interessante confrontar esta perspectiva com a advogada pela actual direita populista, cuja posição face ao Judeu é objecto da atenção de David Wertheim (“Geert Wilders and the Nationalist-Populist Turn Toward the Jews in Europe”). O autor centra o seu foco no que apelida do “Jewish turn” da extrema-

direita europeia. Partindo do caso do Partido para a Liberdade (PVV) e, em particular, da actuação do seu fundador e líder, Geert Wilders, Wertheim analisa o rompimento com o anti-semitismo tradicionalmente vinculado à extrema-direita e a adopção de um discurso pró-judaico e, sobretudo, pró-Israel por parte da nova direita populista e nacionalista europeia. A herança judaico-cristã é situada no cerne identitário da civilização ocidental e Israel encarado como um exemplo de estado nacional que consegue garantir a segurança do seu povo face às ameaças externas, leia-se o Islão. Perante um novo Outro, o Judeu é enquadrado no panorama do Mesmo.

A progressiva transformação da perspectiva do Judeu como um elemento cosmopolita, externo e desestruturante da ordem vigente numa visão que o instrumentaliza em prol da legitimação de movimentos nacionalistas encontra expressão num conjunto de ensaios que aborda os antecedentes e as consequências de um acontecimento que se revela determinante nessa mudança: o Holocausto. Abordando as reacções ao avanço do anti-semitismo na Europa no alvor da Segunda Guerra Mundial, Irene Zwiép (“Alien, Everyman, Jew: The Dialectics of Dutch ‘Philosemitism’ on the Eve of World War II”) analisa uma colectânea de ensaios organizada pelo professor de filosofia holandês Hendrik Josephus Pos, e editada em 1939, intitulada *Antisemitism en Jodendon*. Apesar da pluralidade das posições dos vários autores, todos se encontram na ideia de que o anti-semitismo constituía uma ameaça aos valores humanísticos da civilização ocidental, da qual os judeus também faziam parte.

O avanço da ideologia racial nacional-socialista obrigou as minorias perseguidas a architectarem estratégias de defesa, por vezes sustentadas nos fundamentos do próprio opressor. Jaap Cohen (“The Action Portuguesa: Legitimizing National-Socialist Racial Ideology as a Dutch Sephardic Strategy for Safety, 1941–1944”) analisa o caso da chamada *Action Portuguesa*, organizada pelos judeus sefarditas holandeses. Alicerçada no mito ancestral da superioridade sefardita e apoiada em relatórios científicos com fundamentos histórico-genealógicos, culturais, políticos e antropológicos, a causa visava provar como os sefarditas eram distintos dos asquenazitas, a quem os argumentos discriminatórios da teoria racial nazi se dirigiam, e assim justificar a não aplicabilidade das leis raciais sobre esta minoria. Cohen demonstra como a *Action Portuguesa* constituiu um exemplo extremo do uso da história e da identidade sefarditas como factores legitimadores empregados por judeus para fins não-judaicos e que, inclusivamente, iam de encontro ao ideário do perseguidor.

Esta e outras atitudes seriam julgadas num contexto de pós-guerra. Evelien Gans debruça-se sobre o significado de uma tendência de culpabilização da vítima que emerge na Holanda logo após o fim da Segunda Guerra Mundial. Em “Disowning Responsibility: The Stereotype of the Passive Jew as a Legitimizing Factor in Dutch Remembrance of the Shoah”, a autora prova como o estereótipo do judeu passivo, advogado pelos críticos da postura assumida pelos judeus holandeses durante a guerra, foi usado para trivializar a responsabilidade da

sociedade holandesa no Holocausto e a sua própria passividade.

Bart Wallet explora um outro caso no qual os fantasmas do Holocausto voltaram à tona, obrigando a uma reavaliação do estatuto da comunidade judaica holandesa como elemento legitimador. “The Battle for Jewish Sympathy: The House of Orange, the Dutch Jews, and Postwar Morality” aborda a controvérsia em torno do casamento da princesa Beatriz com o diplomata alemão Claus von Amsburg nos anos 60. Wallet problematiza, por um lado, como a comunidade judaica foi evocada para justificar posições discordantes sobre a boda real e, por outro, como a reabilitação desse seu valor legitimador resultou do emergir de uma cultura de memória sobre o Holocausto e de uma reorientação ideológica da sociedade holandesa.

Alargando o panorama para lá dos Países Baixos, os estudos de John Connelly e Gert van Klinken abordam dois exemplos de transformação das consciências no pós-guerra, através da memória e do apuramento das responsabilidades sobre o Holocausto. Em “How the Turn to the Jews After the Shoah Helped Open Catholics to Religious Pluralism”, Connelly analisa como a mudança da perspectiva sobre o Judeu explanada na declaração *Nostra aetate*, no âmbito do Concílio Vaticano II, ao abandonar as expectativas de conversão do povo de Israel, legitimou novas formas de tolerância religiosa e deu um impulso ao ecumenismo e ao reconhecimento do pluralismo religioso por parte da Igreja Católica. Klinken (“Settlers in a Strange Land: Dutch, Swiss, American, and German

Protestants in Nes Ammim (Israel), 1952–1964”) debruça-se sobre as origens do *moshav* Nes Ammim, fundado na Galileia por cristãos protestantes de várias proveniências e com diferentes agendas: a promoção do desenvolvimento económico e tecnológico de Israel, a propagação do Evangelho, o encontro das raízes do Cristianismo e a busca de redenção após o Holocausto.

Na sua vasta amplitude cronológica e nas diferentes abordagens apresentadas, *The Jews as a Legitimation* surge como um importante contributo para a reavaliação das complexas relações entre judeus e não-judeus, propondo um modelo de análise que supera visões maniqueístas e desafia à análise das áreas cinzentas que desconstroem qualquer paradigma binominal. O enfoque na realidade holandesa (ou relacionada com), naturalmente resultante do evento que deu origem a esta obra, confere-lhe coerência e sentido de continuidade entre os diversos estudos. Porém, uma maior diversidade geográfica na análise do problema, abrindo-a a outros contextos onde a questão do “Judeu como uma legitimação” também é aplicável, decerto tornaria ainda mais rico este trabalho, só por si já uma aliciante leitura que, indubitavelmente, recomendamos.

CARLA VIEIRA

Cátedra de Estudos Sefarditas

Alberto Benveniste

CHAM, FCSH, Universidade NOVA

de Lisboa